DIRETRIZES INSTITUCIONAIS E A PERSPECTIVA DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR NO IF FARROUPILHA

Sidinei Cruz Sobrinho
Instituto Federal Farroupilha
***E-mail*:** sidinei.sobrinho@passofundo.ifsul.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O currículo, enquanto organização do itinerário formativo, apenas possibilita um melhor ou pior planejamento do ensino e da aprendizagem e não consegue considerar todas as variáveis que podem se apresentar pelo caminho. Por isso, depositar, no currículo, a maior esperança da integração e da formação humana integral/omnilateral, é um risco de se priorizar a forma mais que o conteúdo.

O currículo, mesmo diante de aspectos que justifiquem as especificidades de qualquer natureza, deve ser estruturado com base na garantia de conteúdos que configurem e integrem a dimensão científica e tecnológica, a dimensão cultural e a dimensão do trabalho. Em síntese, essa é a integração curricular que se busca com foco na formação integral. Contudo, o currículo pode, no máximo, simplificar ou facilitar a possibilidade dessa integração.

A integração, em si, não se dá e não está na forma de organização do currículo, mas no processo de ensino e de aprendizagem que se dá a partir dele. Isso, contudo, implica bem mais que um currículo diferenciado ou diversificado, implica em educadores e em metodologias contínuas que fazem o ensino e a aprendizagem de forma a se integrar às dimensões da ciência, do trabalho, da cultura e da tecnologia.

Sendo assim, um currículo, mesmo com uma matriz curricular tradicional (por disciplinas), pode proporcionar a integração se os sujeitos ativos da educação (educadores e educandos) trabalharem para obter isso. Também, pode-se ter uma organização curricular por áreas de conhecimento, por projetos integradores ou por algum modismo que se deseja ter; ainda, que, na forma, venha a romper com a fragmentação,

em essência, será inócuo porque não haverá integração no seu desenvolvimento.

O objetivo, aqui, proposto é de apresentar parte da organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal Farroupilha que visa facilitar o processo de ensino e de aprendizagem com formas de integração possíveis para se buscar a formação integral dos educandos dessa Instituição.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO NO PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO IF FARROUPILHA

Com o objetivo de dar início à proposta efetiva, para contínua discussão dialética e consolidação da integração curricular e da formação integral, no âmbito da Educação Profissional de Nível Médio, o Instituto Federal Farroupilha, depois de, aproximadamente, três anos de estudos e de discussões sobre o ensino integrado e mais de um ano de elaboração coletiva, aprovou, no Conselho Superior (Consup), e consolidou, no Projeto Pedagógico Institucional (2014 a 2018), as Diretrizes Institucionais da Organização Administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha.

Assim, passamos, agora, a apresentar, brevemente, como se deu esse trabalho de constituição das Diretrizes Institucionais e a parte da organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal Farroupilha, a qual visa facilitar o processo de ensino e de aprendizagem com formas de integração possíveis para se buscar a formação integral dos educandos dessa Instituição.

Isso quer dizer que o objetivo principal foi sempre possibilitar, por meio da gestão democrática do ensino, espaços de identificação para a construção de uma identidade institucional dos cursos técnicos do IF Farroupilha, visando garantir espaços e possibilidades de integração ao longo do itinerário formativo e, a partir disso, aprofundar, institucionalmente, a discussão e a efetivação de um possível currículo integrado, com vistas à formação integral/omniliateral dos educandos.

2.1 Por que fizemos?

Os Institutos Federais (IFs), embora resultem de uma história de mais de 100 anos da Educação Profissional no Brasil, foram criados em dezembro de 2008. Desse modo, são institui-

ções ainda muito jovens e, portanto, carentes de maior e de melhor organização, consolidação administrativa e didático-pedagógica, como prevê a própria natureza jurídica que os constituem enquanto Instituição de ensino. É necessário construir e fortalecer a identidade institucional nessa nova configuração, que vai, muito além, das atividades desenvolvidas, de forma quase que isoladas, entres os antigos modelos institucionais para Educação Profissional no Brasil.

Além disso, os IFs gozam de uma peculiaridade impar no Brasil e no mundo, no que tange aos seus objetivos e às suas finalidades. Não existe outra Instituição que ofereça Ensino Profissional em todos os níveis, em todas as formas e modalidades, articulando, ainda, a pesquisa, a extensão e a inovação. Assim, gestar o ensino, numa Instituição tão complexa e diversa, exige uma organização didático-pedagógica detalhada e precisa, para que os profissionais da educação, que nela atuam, possam exercer, com maior tranquilidade, suas atividades. O cenário dessa gestão se complica ainda mais, por se tratar de uma Instituição pluricurricular e *multicampi*, dificultando ao gestor de ensino lançar mão de algumas metodologias, que são eficientes para outros contextos; ou seja, é necessário um ponto de partida comum, a partir do qual os sujeitos do ensino e da aprendizagem vão se constituindo e, assim, ressignificando, aprimorando e ampliando os horizontes com base nesse ponto de partida.

Deve-se considerar, ainda, que, por sua gênese recente, e em larga e ampla expansão, os IFs receberam e recebem, nos primeiros cinco anos de vida, inúmeros profissionais, tanto professores quanto técnicos, oriundos das mais diversas experiências; inclusive, muitos sem nenhuma experiência profissional ou de ensino, seja em outras instituições educacionais, seja na Educação Profissional.

Essa realidade exige do gestor de ensino, mais do que nunca, uma assídua e cuidadosa ação em relação à formação continuada desses profissionais e, para muitos, uma ação que envolve a própria formação inicial; visto que, dada a especificidade da formação exigida para a Educação Profissional, são ótimos profissionais na sua área de atuação, mas sem nenhuma formação para atuar como docentes, o que exige mais do que o domínio do conhecimento específico, exige-se domínio nas metodologias e nas compreensões do ambiente de ensino e de apren-

dizagem. Ambiente esse, como indicamos, muito diversificado, fazendo com que o educador atue, ao mesmo tempo, nos mais diversos níveis e nas diferentes formas e modalidades de ensino.

Diante desse cenário, brevemente exposto, é imprescindível que a Instituição elabore, de forma coletiva, normas internas claras, a fim de garantir a todos o mesmo ponto de partida e possibilitar, assim, pela consolidação da cultura organizacional, o fortalecimento da identidade institucional e, nela, o espaço de identificação entre seus membros. Essa necessidade possibilita o espaço para a própria formação continuada em serviço, visto que, ao discutirem as diretrizes e as normativas, que orientam as atividades institucionais, os profissionais da educação discutem suas próprias práticas, compartilhando experiências, aprofundando estudos para o discernimento das questões, propondo formas diversificadas de ação dentre outras.

Dessa maneira, mais importante que o produto, resultante desse trabalho, das diretrizes e das normativas institucionais, é o próprio processo de elaboração coletiva. O processo se constitui como espaço de identificação para a construção da identidade e o resultado, daí produzido, vai no mesmo movimento dialético, ampliando o horizonte e qualificando o discurso. Em síntese, o que se pretende, com a constituição dessas diretrizes, do ponto de vista da gestão do ensino, é que prevaleça a autoridade do argumento ao invés do argumento da autoridade. O gestor de ensino é mero mediador do espaço de constituição do discurso e da organização das atividades junto com seus pares. Gestão democrática se constitui pela participação e pela responsabilidade em relação ao que é gerido.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), bem como as demais normas nacionais vigentes, já trazem uma série de diretrizes e de regras específicas, mas também possibilitam a autonomia institucional ao definir, em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nas normas internas, como irá proceder e orientar aquilo que é flexível pela norma maior vigente, como, por exemplo, a duração da hora-aula, a forma de recuperação paralela, a avaliação, a prática profissional, a organização do currículo etc.

Como dissemos, os IFs são muito jovens ainda e não há como falar de pessoas que tenham larga experiência nessa forma de organização

institucional, todavia há aqueles que são experientes e consolidados profissionais da Educação Profissional, na rede federal em que atuavam, nos antigos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets) e Escolas Agrícolas, que passaram a formar os IFs. Contudo, a organização administrativa e didático-pedagógica dos IFs, imposta pela Lei nº 11.892/2008, é muito diferente daquelas instituições. Dessa forma, dificulta-se a formação continuada em serviço a partir de experiências consolidadas.

Em síntese, a Gestão de Ensino, nos Institutos Federais, torna-se um desafio complexo, porém empolgante, visto que a diversidade, quando bem conduzida, consegue agregar experiências e transformar o cenário num ambiente cheio de oportunidades. Este possibilita a Gestão Democrática por meio da participação coletiva do planejamento e no desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional e das normas internas que dele derivam; o que leva à organização e à consolidação da identidade institucional e, por conseguinte, à qualidade na prestação desse importante serviço público: a educação.

O IF Farroupilha iniciou suas atividades, efetivamente, a partir de 2009 e foi se constituindo pela agregação e pelo esforço de inúmeros profissionais, os quais começavam a dar corpo e forma a Instituição com base nas experiências anteriores de cada profissional, na sua história e no entendimento que começava a se fortalecer.

Passamos, agora, a expor, de forma resumida, o contexto que nos conduziu, a partir de novembro de 2012 a dezembro de 2013, a discutir e a elaborar, de forma ampla e coletiva, um documento institucional que descrevesse sobre as Diretrizes Institucionais da Organização Administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e outras providências.

Em 2009, o IF Farroupilha, assim como os demais IFs, deu continuidade aos cursos ofertados nas instituições que passaram a integrá-lo (Cefet, Eafa, Uneds), ao mesmo passo em que ampliou, consideravelmente, o número de *campus* e de cursos ofertados nos diversos níveis e nas diversas modalidades e formas. Nesse sentido, a organização didático-pedagógica, desses cursos e das demais normas internas, foram elaboradas à medida que as demandas iam surgindo, o que dificultou um planejamento macro que orientasse,

de forma institucional, as demandas específicas.

Muitas soluções foram, altamente, suficientes e já passam a integrar a cultura da Instituição, porém, outras, por sua vez, careciam de revisão ou, ainda, de elaboração a fim de sanar alguns problemas que começavam a surgir e a prejudicar a consolidação da identidade institucional. Essa dificuldade se dava, principalmente, em planejar a Gestão de Ensino de forma a garantir a identidade da Instituição numa realidade *multicampi*, sem ferir as especificidades locais e regionais inerentes à realidade da cada unidade administrativa, *campus* e reitoria. Dificuldade esta que ficava expressa nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), formulados e reformulados nesse período, bem como no conflito de normas internas, visto que faltava o lugar comum maior a partir do qual dialogavam.

Nesses quase quatro anos de IF Farroupilha, a Instituição contava com 146 (cento e quarenta e seis) ofertas de cursos e com 168 (cento e sessenta e oito) PPCs vigentes. Nesse período, ocorreram mais de 160 (cento e sessenta) reformulações nos PPCs; ou seja, em média, duas alterações em cada PPC num prazo inferior a 18 meses. Isso revela que, antes mesmo de concluir o primeiro itinerário formativo, de formar a primeira turma em um determinado PPC, este já sofreu várias alterações.

Verificamos que, aproximadamente, 95% dos pedidos de alterações, em PPCs, se deram no mesmo período de troca de coordenação de curso, ou de mudança no corpo docente do curso. Essa informação nos levou a concluir que, ainda, não havia identidade com o curso e no curso, visto que todas as alterações (100%) foram relativas à carga horária de disciplinas, às ementas, à carga horária do curso, aos estágios e às atividades complementares. Havia outras alterações ligadas, exclusivamente, ao entendimento daquilo que este(s) ou aquele(s) profissional(is) entendiam como necessário de se ministrar no curso, e não a partir do perfil profissional do egresso pretendido naquele curso ou, no máximo, aquilo que cada um entendia como ser o profissional formado. Essa compreensão predominante, nesse período, obviamente, não se dá por capricho dos profissionais que pleitearam tais alterações, mas, como dissemos acima, pela, ainda, não consolidada identidade institucional e ampla compreensão dos objetivos e das finalidades da Instituição. Contudo, esse contexto possibilitou o início da

formação continuada em serviço a partir da discussão contínua e coletiva da própria realidade e do desejo desses profissionais em aprimorar e cristalizar a identidade dos cursos e da Instituição.

Além disso, pela análise desses PPCs, identificamos uma grande discrepância entre a carga horária total dos mesmos cursos ofertados em *campus* diferentes. Havia cursos, por exemplo, com objetivo de certificar o mesmo profissional (Técnico em xxx), e que deveriam ter o mesmo perfil de egresso, porém, entre a organização de um *campus* e outro, há aqueles com até 600 horas de diferença. Já que, em um curso com duração mínima, prevista no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNT) com 1.200 horas, essa diferença de 50% para mais, em carga horária entre um *campus* e outro, às vezes separados, geograficamente, por menos de 150 km de distância, e com realidade cultural socioeconômica muito semelhante, extrapola o bom senso da justificativa da "especificidade" e dificuldade a identidade daquele curso ofertado pela mesma Instituição de ensino. Ressalte-se que as divergências iam além da carga horária, incluindo os próprios objetivos, o perfil do egresso e a organização pedagógica.

Outro fator interessante, a ser analisado, era a elevada carga horária destinada à realização do estágio obrigatório nos cursos técnicos, em relação aos cursos superiores na mesma área e desproporcionais em comparação aos mesmos cursos em outros *campus*. Por exemplo, o curso Técnico em Informática, na forma integrada (ofertado no *campus* "a"), previa 380h de estágio, enquanto que o curso Superior de Sistemas de Informação (ofertado no mesmo *campus* "a"), previa apenas 140h de estágio; e o curso Técnico em Informática, na forma integrada (ofertado no *campus* "b"), previa 100h de estágio. Assim, essa disparidade indica uma dissonância entre o entendimento da formação esperada, em um curso técnico de nível médio, e um curso técnico, da mesma área de formação (Eixo-Tecnológico), em nível superior, bem como a divergência institucional sobre a função do estágio profissional nesses cursos.

Por que não realizar contato com a prática real de trabalho ao longo do processo formativo, ao invés de concentrar essa prática apenas na realização do estágio? Além disso, nos casos em que o curso técnico tinha seu correspondente, também, ofertado em nível superior, era comum observar matriz e ementário idênti-

cos apenas com carga horária menor ou, às vezes, carga horária maior exigida no curso técnico do que a exigida no superior; como no caso do estágio acima.

Em síntese, observamos, na organização dos PPCs de cursos técnicos, em regra, minibacharelados ao invés de formações específicas de acordo com seu nível de ensino específico e a formação desejada. Essa conclusão se comprova quando observamos, em muitos casos, que o perfil profissional do egresso, previsto nos PPCs de alguns cursos técnicos, era muito diferente daqueles descritos em PPCs dos mesmos cursos ofertados, em outros *campus* e em desacordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Novamente, pode-se dizer que isso não foi resultado do descuido ou do capricho dos profissionais que elaboraram essas propostas, mas do fato de que, na ausência de um entendimento maior sobre esse nível e essa forma de oferta de Educação Profissional, aqueles profissionais elaboraram os PPCs baseados em sua própria formação, sendo a maioria de bacharelados e de tecnólogos. Mais uma vez, há necessidade da participação coletiva na construção do entendimento, do objetivo e da finalidade de cada curso, em seu respectivo nível, forma e modalidade de oferta, do perfil profissional pretendido, para cada formação específica, e da construção e da consolidação da identidade institucional a qual se expressa nos cursos e na forma de educação ofertada.

Outro fator relevante, e que traduzia a ausência de conhecimentos específicos da educação e da legislação de ensino vigente, era o fato de haver muitos casos de não atendimento à legislação mínima vigente, como, por exemplo: carga horária mínima obrigatória, conteúdos obrigatórios etc. Esse fato demonstrava a necessidade não apenas de se corrigir essas fragilidades, incluindo o cumprimento da legislação nos PPCs, mas também de discutir e de assessorar os profissionais que não tiveram essa formação, conforme os motivos pelos quais tais exigências legais eram pensadas para a educação no Brasil.

Além disso, a elevada carga horária, nos cursos técnicos, sobrecarregava os docentes com atividades de horas-aula em sala de aula, dificultando ou, até mesmo, impedindo a organização de espaços para: Formação Pedagógica Continuada, planejamento coletivo ou individual dos docentes, acompanhamento das atividades, realização de recupera-

ção paralela de estudos, atividades dos educandos fora da sala de aula e dentro da própria Instituição, desenvolvimento de projetos por parte das equipes multidisciplinares de técnicos como pedagogos, assistentes sociais e psicólogos que poderiam contribuir em muito para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Era necessário e urgente diminuir o tempo em sala de aula e o excesso de disciplinas para que a organização e o desenvolvimento dos cursos pudessem ser menos conteudistas, fragmentados e sobrecarregados; tornando-se mais participativa, integrada e coletiva.

Inúmeros outros fatores poderiam ser descritos para se demonstrar a necessidade de uma pausa no desenvolvimento da Instituição a fim de se ter um momento de avaliação, de revisão e de planejamento coletivo para a consolidação das boas práticas, bem como a proposição de novas propostas na organização didático-pedagógica dos cursos técnicos do IF Farroupilha.

Ainda, havia um elemento de ordem maior que exigia essa reorganização: a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 06/2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Isso quer dizer que se tomou, como base e fundamento, aquilo que já existia de consolidado e de mais atual, nessa discussão, em nível nacional para orientar o processo de elaboração das Diretrizes Institucionais. Isso porque estas, assim como as demais legislações maiores vigentes, apenas orientam o lugar comum a partir do qual cada Instituição deve se organizar.

Essas normas externas, em poucos casos, são taxativas, não restando alternativa à Instituição a não ser cumpri-las, como, por exemplo, a definição da carga horária mínima para cada curso. Em grande parte, são normas abertas que permitem ou ordenam a cada Instituição definir a sua forma de se organizar com base naquela Diretriz Nacional, como, por exemplo, a duração da hora-aula, a forma de avaliação da aprendizagem etc.

As Diretrizes Institucionais, por sua vez, viriam a cumprir, justamente, esse papel de possibilitar ao IF Farroupilha definir as suas normas institucionais sem ferir a legislação maior vigente, mas, ao mesmo tempo, sem deixá-las à revelia de interpretações, meramente, individuais ou de uma unidade gestora divergindo com

outra. Trata-se, portanto, de garantir uma gestão sistêmica e em rede no âmbito interno da Instituição a qual, por sua natureza pluricurricular e *multicampi*, possibilita a diversidade, mas com identidade institucional.

Assim, entendemos, no Instituto Federal Farroupilha, que a elaboração coletiva das Diretrizes Institucionais possibilitaria: adequação à Resolução CNE nº 06/2012; Gestão de Ensino democrática e compartilhada; planejamento coletivo; otimização na organização do tempo escola; diversidade e integração curricular; espaço e ponto de partida para a formação continuada em serviço; qualidade no processo de ensino e de aprendizagem; consolidação do perfil profissional do egresso dos cursos técnicos do IF Farroupilha; organização e revisão do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), orientação comum para a organização e a construção dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), inclusão de práticas profissionais ao longo do itinerário formativo; flexibilidade curricular orientada institucionalmente; enfim, premissas norteadoras para a construção e a consolidação da identidade institucional na oferta dos cursos e o ponto de partida para o constante e o necessário planejamento, implementação, avaliação e revisão dos processos de ensino e de aprendizagem, seja na gestão do ensino ou no ensino efetivamente.

A dimensão do contexto, que levou à elaboração das diretrizes, é demasiada extensa para se dizer nesse espaço, mas já nos foi possível indicar a base fundamental que expõe os principais motivos pelos quais foram elaboradas as Diretrizes Institucionais da Organização Administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha. Elas foram aprovadas pelo Conselho Superior, pela Resolução Consup nº 102/2013 e reiterada, com algumas adequações, no Plano de Desenvolvimento Institucional, o qual foi aprovado pelo Consup em setembro de 2014.

Desse modo, as seguintes considerações gerais fundamentaram a elaboração da proposta:

> Art. 6º e Art. 205 da CF, segundo os quais a educação é um direito social e de que deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
>
> Art. 206 da CF e Art. 3º da LEI nº 9.394/96 - LDB, que preveem os princípios de acordo com os quais será ministrado o ensino;

> Art. 207 da CF, de acordo com os quais as universidades gozam de autonomia didática científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Resolução nº 06/2012 (grifo nosso) expõe:

> Art. 15. O currículo, consubstanciado no plano de curso e com base no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade de cada instituição educacional, nos termos de seu projeto político-pedagógico, observada a legislação e o disposto nestas Diretrizes e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
>
> Art. 16. As instituições de ensino devem formular, coletiva e participativamente, nos termos dos arts. 12, 13, 14 e 15 da LDB, seus projetos político-pedagógicos e planos de curso.
>
> Art. 17. O planejamento curricular fundamenta-se no compromisso ético da instituição educacional em relação à concretização do perfil profissional de conclusão do curso, o qual é definido pela explicitação dos conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais, tanto aquelas que caracterizam a preparação básica para o trabalho, quanto as comuns para o respectivo eixo tecnológico, bem como as específicas de cada habilitação profissional e das etapas de qualificação e de especialização profissional técnica que compõem o correspondente itinerário formativo.

Foco em ações elaboradas a partir das áreas de conhecimento, conforme proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e que são orientadoras das avaliações do Enem;

- ações que articulem os conhecimentos à vida dos estudantes, seus contextos e suas realidades, a fim de atender suas necessidades e suas expectativas;
- especificidades daqueles que são trabalhadores urbanos, do campo, de comunidades quilombolas, indígenas dentre outras;
- foco em atividades teórico-práticas que fundamentem os processos de iniciação científica e de pesquisa, utilizando laboratórios das Ciências da Natureza, das Ciências Humanas, das Linguagens, de Matemática e de outros espaços que potencializem aprendizagens nas diferentes áreas do conhecimento;
- necessidade de oferta de ações que poderão estar estruturadas em práticas pedagógicas multi ou interdisciplinares, articulando conteúdos de diferentes componentes curriculares

de uma ou mais áreas do conhecimento;

- estímulo à atividade docente em dedicação integral, com tempo efetivo para atividades de planejamento pedagógico, individuais e coletivas;
- dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixos integradores entre os conhecimentos de distintas naturezas; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico; os direitos humanos como princípio norteador e; a sustentabilidade socioambiental como meta universal;
- princípios, fundamentos e procedimentos, discutidos, democraticamente, com a comunidade acadêmica, pelo Comitê Assessor de Ensino e pelo GT dos Cursos Técnicos, conforme suas atribuições regulamentadas pela Portaria nº 0834, de 06 de maio, de 2013, para orientar a organização curricular na elaboração, no planejamento, na implementação e na avaliação das propostas curriculares dos *campus* do IF Farroupilha os quais oferecem cursos técnicos; e
- Estatuto da Juventude que, dentre outras definições relacionadas à educação, define que "Art. 9o . O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.".

Com base nessas considerações basilares, o IF Farroupilha passou a reger os cursos técnicos com base nas Diretrizes Institucionais da Organização Administrativo-didático -pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e outras providências.

2.2 Como fizemos?

Desde outubro de 2012, considerando o breve contexto acima apresentado, a preocupação maior da Gestão de Ensino não se concentrou na organização didático-pedagógica em si e na organização de diretrizes e de normas internas eficientes para organização e orientação das atividades de ensino e de aprendizagem no IF Farroupilha, mas em garantir

que esse trabalho se realizasse de forma democrática e participativa. Nenhum processo ou procedimento, por melhor que fosse, do ponto de vista técnico e teórico, seria eficiente sem que os sujeitos, que dele participassem, direta ou indiretamente, pudessem nele se identificar ou, ao menos, segui-lo, sem saber, nem que seja minimamente, parte de sua natureza ou se ele derivou de um amplo e democrático processo participativo em nível institucional.

Obviamente, dada à diversidade e a complexidade de entendimentos, de saberes e de *expertises* envolvidos, em relação a esse trabalho, impossibilita, na maioria das vezes, o consenso tranquilo e absoluto da maioria, mas possibilita que a maioria o acolha, sabendo que foi fruto do mais esforçado, dialogado e participativo espaço do discurso democrático. Além disso, em hipótese alguma, se pretendia uma norma estanque e dogmática. Ao contrário, pretendia-se apenas a conciliação discursiva em um lugar comum, a partir do qual os saberes e os fazeres institucionais poderiam se aperfeiçoar e se autocorrigir, revendo o próprio ponto de partida, se necessário, e, também, buscando não mais a defesa desse ou daquele entendimento, mas a defesa do entendimento institucional em nome do bem comum e da qualificação na prestação do serviço público prestado por essa Instituição.

Se, nas palavras do sábio poeta, Mario Quintana, "Democracia é dar a todos o mesmo ponto de partida.", então, era isso que se pretendia: dar a todos o mesmo ponto de partida e, principalmente, que esse ponto de partida fosse por todos estabelecido para que não fosse preponderante o argumento da autoridade, mas a autoridade do argumento no espaço participativo e na valorização dos profissionais da educação e dos educandos que vivem e convivem nesse espaço.

Passamos, a seguir, a expor, de forma muito resumida, alguns procedimentos e algumas metodologias adotadas para a elaboração das Diretrizes Institucionais, mas que podem ser melhor aprofundadas pelo histórico constituído e documentado de todo esse trabalho desenvolvido de forma intensa e contínua por mais de um ano (novembro de 2012 a dezembro de 2013); os quais tiveram como resultado, em setembro de 2014, suas retificações e uma ampla aceitação na comunidade interna e externa do IF Farroupilha, uma vez que passaram a integrar o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional)

e, com a reformulação de todos os PPCs de todos os cursos técnicos do IF Farroupilha, deram início à revisão de normas menores e à reorganização do ensino e da gestão de ensino no âmbito institucional.

Em síntese, os procedimentos adotados foram os seguintes:

a) criação do Comitê Assessor de Ensino (CAEN): formado pela Pró-reitora de Ensino e Diretores de Ensino dos *Campus* para planejamento, implementação, desenvolvimento, avaliação e revisão da proposta pedagógica da Instituição, bem como para implementar políticas de ensino que viabilizem a operacionalização de atividades curriculares dos diversos níveis e das diversas modalidades da Educação Profissional;

b) elaboração de um Plano de Ações definindo as urgências, as prioridades, as metas para o ensino no IF Farroupilha, iniciando pela revisão e pela reformulação da proposta de organização-didático pedagógica da Instituição;

c) elaboração de Regulamento para criação, suspensão temporária e extinção de cursos do IF Farroupilha, a fim de garantir o atendimento aos objetivos e às finalidades da Lei nº 11.892/2008, assim como ter critérios institucionais claros para orientar a criação de cursos e a garantia de viabilidade de início e de desenvolvimento desses cursos com qualidade, considerando as dimensões da avaliação externa de cursos: infraestrutura, didático-pedagógica e corpo docente e técnico; as quais são suficientes e qualificadas;

d) criação do GT dos cursos técnicos do IF Farroupilha, com representação de todas as unidades, a fim de planejar e de organizar as metodologias de elaboração das diretrizes e de garantir a ampla participação da comunidade acadêmica, possibilitando que todos os profissionais da educação e os educandos pudessem participar e contribuir no processo de discussão e de estabelecimentos dos consensos institucionais;

e) estudo da legislação de ensino vigente, principalmente, daquela voltada para a Educação Profissional e a de subsídios teóricos sobre o tema. Os membros do GT dos cursos técnicos selecionaram uma série das principais legislações e textos a fim de subsidiar as discussões, visto que, como expomos acima, muitos dos profissionais da educação envol-

vidos tiveram pouca ou nenhuma formação sobre Educação Profissional e legislação de ensino. Em 2012, mais de 80% dos servidores haviam ingressado na Instituição e na Rede Federal de Educação Profissional, em menos de quatro anos. Nesse aspecto, foi de extrema contribuição a discussão sobre Currículo Integrado o qual já vinha sendo realizada na Instituição desde 2010 e que, portanto, já havia possibilitado a muitos servidores a dimensão da fundamentação teórica que sustentaria e justificaria boa parte das decisões coletivas. Esses subsídios foram, amplamente, disponibilizados na Instituição para que todos pudessem se apoderar do norte epistemológico e das orientações legais específicas para a natureza da educação a ser desenvolvida pelos IFs;

f) elaboração do Catálogo dos Perfis Profissionais dos Egressos dos Cursos Técnicos do IF Farroupilha; e

g) elaboração das Diretrizes Institucionais para os cursos técnicos do IF Farroupilha. A constituição da estrutura das diretrizes se deu no próprio processo de elaboração. Inúmeras vezes, foram incluídos ou retirados itens. À medida que os trabalhos ganhavam forma, muitas discussões precisavam ser retomadas e readequadas para que as propostas pudessem dialogar entre si e evitar conflito de normas. Em alguns casos, houve grande divergência entre a comunidade e o tema, com isso, precisou-se retornar para rediscussão e, algumas vezes, foi necessário recorrer ao voto para se tomar a decisão final. Felizmente, a maior parte do texto foi realizada, embora não com consenso absoluto, mas a partir de um acordo comum e de um constante entendimento de que se teria um contínuo e cuidadoso processo de acompanhamento e de avaliação das diretrizes, a fim de verificar sua eficiência e, se fosse necessário, a alteração daquilo que precisaria ser revisto.

3. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS TÉCNICOS DO IF FARROUPILHA E UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO

A organização curricular dos cursos técnicos do IF Farroupilha, em todas as suas modalidade e suas formas, está desenvolvida em três núcleos. Estes não são constituídos como blocos distintos, mas articulados de forma integrada.

- Núcleo Básico
- Núcleo Tecnológico
- Núcleo Politécnico

Para constituir os núcleos, bem como o restante da organização curricular e o processo de ensino e de aprendizagem, para efetivação do currículo, devem ser levadas em consideração as dimensões integradoras do Ensino Médio com foco na formação integral dos educandos, considerando o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

Na construção do Projeto Pedagógico de Curso, pergunta-se:

- que profissional se deseja formar?;
- qual será o seu perfil?;
- onde atuará (em que lugar, em que momento do processo criativo)?;
- que conhecimentos tecnológicos e científicos são necessários a esse profissional?;
- que valores éticos, estéticos e políticos orientam a conduta da sociedade da qual esse profissional faz parte?;

Essas perguntas devem ser respondidas desde a concepção do Projeto Pedagógico Institucional, passando pelo Projeto Pedagógico de Curso, pelos Planos de Ensino, pelos planejamentos coletivos das atividades de ensino e de aprendizagem (articulando ensino, pesquisa e extensão), pela Formação Continuada de Docentes, pelas metodologias e pela avaliação do ensino e da aprendizagem até as práticas reais de integração entre a ciência, a cultura, a tecnologia e o trabalho.

Ao longo dos estudos realizados, e no limite do que a discussão coletiva possibilita, na sua diversidade e na sua dificuldade de entendimentos comuns, prevalece a tese de que, sobre o currículo integrado, não há "receita pronta" e as possibilidades são construídas no processo dialético.

Com base nisso, passamos a relatar, logo abaixo, de forma resumida, e o mais objetivo possível, parte da proposta de integração curricular elaborada pelo Instituto Federal Farroupilha, o qual é nosso ponto de partida comum para o aprofundamento e o aperfeiçoamento da perspectiva estabelecida, conforme já apontado acima.

1 - Elaboração do Catálogo dos Perfis Profissionais dos Egressos dos Cursos Técnicos do IF Farroupilha. Elaborado com base no Catálogo Na-

cional de Cursos Técnicos, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), nas normas e nos documentos dos Conselhos Profissionais e na especificidade da formação pretendida no IF Farroupilha, incluindo a perspectiva da formação integral (humana, cultural, científica, tecnológica etc.).

O Perfil profissional do egresso, detalhado com as atribuições inerentes à profissão, é obtido por meio do diálogo entre os docentes e as entidades vinculadas (ex.: Crea, empresários etc.), considerando as características, as áreas e os campos de atuação, as competências necessárias, os conceitos, os princípios e as técnicas específicas para determinada formação.

Para isso, é descrito o significado e o alcance de cada item previsto no perfil do egresso: capacitação para atuação, competência técnica e tecnológica em sua área de atuação. Num curso de Técnico em Edificações, por exemplo, conhecer e seguir as normas técnicas, aplicáveis em cada caso, refere-se ao estudo das NBRs (Normas Brasileiras) aplicadas à construção civil. Exige-se conhecimentos gerais das normas da Construção Civil e dos conhecimentos específicos das normas de edificações no limite de atuação do Técnico de Nível Médio. Espera-se que tais conhecimentos possibilitem o planejamento e a execução das atividades desenvolvidas pelo profissional de forma correta, segura e eficaz.

2 - Elaboração da Matriz de Referência dos Cursos Técnicos do IF Farroupilha. É feita partindo do perfil profissional do egresso, elaborado para cada curso técnico, conforme suas especificidades, os docentes das respectivas áreas e dos cursos se reúnem para definir os conhecimentos comuns a serem ensinados e aprendidos durante o itinerário formativo, constituindo, assim, as ementas dos componentes curriculares. Após definir esses conhecimentos, por componente curricular, todos os docentes do curso devem se reunir para definir, ainda, com base no perfil do egresso, a ênfase tecnológica de cada componente curricular.

A ênfase tecnológica é a identificação dos conteúdos da ementa sobre os quais o(s) docente(s) deve(m) dar maior atenção no processo de ensino e de aprendizagem para atender ao perfil do egresso, dada sua maior intensidade tecnológica naquele curso específico. Em síntese, esses conteúdos, com maior ênfase, são aqueles que, de modo geral, os

docentes elegem como principais para as avaliações, os trabalhos etc. Há conteúdos aos quais o estudante precisa ter acesso apenas para conhecimento conceitual e básico, a fim de poder dialogar com as demais áreas do conhecimento, tanto técnicos quanto da formação básica; enquanto há conteúdos que o estudante precisa aprofundar, com objetivo de exercer, com maior qualidade, as atividades específicas esperadas daquela formação profissional.

Ao desenvolver o planejamento, a partir do perfil do egresso, e durante a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, facilita-se a organização das demais atividades do itinerário formativo, desde a elaboração do Plano de Ensino do professor até o desenvolvimento de projetos integrados, de visitas técnicas, de pesquisas e de inúmeras outras atividades as quais podem ser pensadas ao longo do curso, entre os educadores e educandos, sem perder o foco do perfil do egresso pretendido.

Durante a definição da ênfase tecnológica, o(s) professor(es) de cada área devem dialogar com os demais, interagindo de forma tal que todos possam ter noção do que cada profissional trabalha na sua especificidade; identificando, assim, conteúdos e objetivos comuns entre as diferentes áreas, dando início à definição das áreas de maior integração no currículo e possibilitando o planejamento e a realização de um currículo mais integrado; uma vez que não existe conhecimento desintegrado, mas formas e metodologias de ensino desintegradas e organizações curriculares que dificultam a integração.

Além disso, não se pode falar em currículo integrado ou em formação integral se os docentes, principais atores desse processo, desconhecem o curso em si e os objetivos específicos de cada colega. Em suma, não se trata de "eliminar as disciplinas". É possível montar um currículo, totalmente, organizado por grandes áreas ou temas geradores ou por qualquer outro formato, mas um professor de matemática nunca trabalhará os conhecimentos de bovinos como um professor com formação específica para tal e vice-versa. E não haverá quem discorde que conhecimentos específicos de matemática e de bovinos são indispensáveis num curso de Técnico em Agropecuária, por exemplo. Assim, pode-se até eliminar as disciplinas do currículo, mas chegará um momento em que cada profissional dominará o ensino na sua área específica. Obviamente, se ambos os professores tiverem pleno co-

nhecimento do curso e do perfil dos egressos pretendidos, não terão dificuldades de organizar seus Planos de Ensino juntos, propondo atividades práticas e avaliação em conjunto, por exemplo, inclusive com a inclusão de outras áreas, cujas integrações foram identificadas na elaboração do currículo. Porém, essa discussão, também, exige um capítulo à parte.

O quadro, abaixo, representa o exemplo de como deveria ser composta a ementa do componente curricular dos cursos técnicos do IF Farroupilha, considerando a definição da ênfase tecnológica e as áreas de integração a partir do pretendido perfil profissional do egresso. Nesse caso, trata-se de um curso Técnico em Edificações. Observa-se que o exemplo consiste em um curso integrado. Com base na ênfase tecnológica e na ementa desse currículo específico, e na ênfase tecnológica e na ementa dos demais componentes, os professores identificaram as principais áreas de integração do curso com esse componente curricular e, assim, sucessivamente.

É observado que, ao invés da tradicional ementa, apenas com a descrição dos conteúdos de cada componente curricular, a proposta incluí a previsão de dois momentos essenciais: ênfase tecnológica e áreas de integração. Esses dois espaços, essencialmente, são definidos por

Quadro 1

COMPONENTE CURRICULAR	**MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E SEGURANÇA NO TRABALHO**
EMENTA: Manuseio e manutenção de ferramentas, elementos de fixação (anéis elásticos, pregos, parafusos, rebites, abraçadeiras), mecânicos, transmissão por engrenagens, transmissão por correias, lubrificantes, chaves, trena laser, nível laser, acabadoras de superfície, alisadoras, régua vibratória, paquímetros, ferramentas elétricas, ferramentas de corte, equipamentos de grande porte, elevadores e gruas. Higiene, condições do ambiente de trabalho, medicina do trabalho e controle médico, riscos, segurança e programas educativos. CIPA, SESMT, EPIs, EPCs, medidas de proteção, insalubridade, periculosidade e ergonomia.	
Ênfase tecnológica: Normas técnicas (Segurança no trabalho); Ferramentas, máquinas e equipamentos (Manuseio e aplicação); Organização do canteiro de obras.	
Áreas de integração: **GERENCIAMENTO AMBIENTAL** (sistemas de gestão ambiental, poluição); **MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS** (utilização na prática de máquinas, equipamentos e ferramentas bem como normas de segurança no trabalho); **QUÍMICA** (funções e reações químicas), **BIOLOGIA** (poluição, higiene, tecidos, processos de troca entre o células e o meio, micro-organismos, fisiologia e anatomia, ecologia geral, zoologia), **FÍSICA** (dissipação de energias e sistemas mecânicos, conceito de viscosidade associada a lubrificantes, Dinâmica em , máquinas e equipamentos, noções sobre força de cisalhamento), **GEOGRAFIA** (escalas geográfica e representação cartográfica, localização e orientação,), **FILOSOFIA** (deontologia /ética profissional, contratualismo: Rousseau, Hobbes, Montesquieu, Pólis: Aristóteles, Platão, Sócrates) **SOCIOLOGIA** (trabalho, saúde, responsabilidade social, meio ambiente)	

todos ou pelo maior número possível de docentes que atuam no curso, a fim de possibilitar uma construção interdisciplinar que define, com base no perfil do egresso, qual a ênfase tecnológica a ser dada no curso. Os conteúdos destacados, como ênfase, serão bases para o planejamento dos Planos de Ensino, os projetos de pesquisa e extensão, as visitas técnicas, as avaliações etc. Já as áreas de integração possibilitam identificar os principais componentes curriculares com maior possibilidade e/ou facilidade de integração com o componente curricular específico da ementa, o que favorece, assim, a visualização e a direção para o planejamento e o desenvolvimento de atividades integradoras do ensino e da aprendizagem.

Esse processo de construção das ementas será melhor explicado a seguir.

3.1. Delimitação de componentes curriculares e ementas da área técnica: movimento pluridisciplinar

É realizada de acordo com o detalhamento do perfil do egresso, definindo o grau de intensidade tecnológica de cada componente curricular, conforme o grau de intensidade de conhecimentos necessários para o maior ou o menor domínio técnico pelo profissional, segundo sua possibilidade de atuação, de capacitação e de competência esperadas.

3.2. Identificação de pré-requisitos para o desenvolvimento do conhecimento da área técnica específica

Organização dos componentes curriculares da área técnica de acordo com a identificação dos pré-requisitos pedagógicos e a sequência nos conhecimentos específicos, a fim de iniciar uma sistematização e uma coerência interna na construção da matriz curricular.

3.3. Construção das ementas da formação técnica: identificação dos conhecimentos/conteúdos específicos e ênfase tecnológica

a) *Componente curricular*: nome do componente/disciplina de forma delimitada e objetiva;

b) *ementa*: sintetiza o conteúdo do componente curricular, a fim de permitir, de modo imediato, o conhecimento da matéria estudada. É elaborada em conjunto pelos docentes da área técnica, levando

em consideração os critérios e as referências expostos pelos grupos de trabalho (teóricos, legais e técnicos), para atender ao processo de formação integral do educando de acordo com a especificidade técnica exigida pelo curso; e

c) *ênfase tecnológica*: descrição dos conteúdos da ementa sobre os quais o(s) docente(s) deve(m) dar maior ênfase, conforme sua maior intensidade tecnológica para atender ao perfil do egresso.

Obs.: há conteúdos que o educando precisa ter acesso apenas para conhecimento conceitual e básico, a fim de poder dialogar com as demais áreas do conhecimento tanto técnicos quanto da formação básica. Temos, como exemplo, no componente de Máquinas, Equipamentos, Ferramentas e Segurança no Trabalho, o educando deverá conhecer os principais tipos de ferramentas elétricas usados na construção civil, mas não precisará dominar seu funcionamento técnico com profundidade a ponto de querer, por exemplo, concertá-los caso falhem durante a operação. Contudo, deverá conhecer e dominar as Normas Técnicas para o uso das máquinas, dos equipamentos e das ferramentas, bem como as demais normas técnicas da segurança no trabalho, pois isso faz parte do seu perfil, nesse aspecto, principalmente, conhecer e seguir essas normas aplicáveis em cada caso. Sendo assim, nesse componente curricular, o item, Normas Técnicas, deve ter maior ênfase tecnológica, o que irá ocupar a maior parte da carga horária do planejamento de ensino do professor em comparação ao conteúdo de ferramentas elétricas, assim como receberá maior ênfase, também, na construção e na avaliação de projetos interdisciplinares, de atividades complementares (uma palestra sobre atualização das normas de segurança de trabalho na construção civil, por exemplo) e nas práticas profissionais integradas.

3.4. Identificação das áreas de integração técnica e dos conceitos geradores/integradores: primeiro movimento interdisciplinar

d) *Áreas de integração*: a partir do diálogo entre docentes da área técnica, no qual uns expõem seus conhecimentos específicos da área de formação para os outros colegas, é possível identificar com quais conhecimentos este componente curricular tem maior integração. Tal exercício facilitará, depois, a metodologia para construção coletiva das diversas

atividades interdisciplinares e das práticas profissionais integradas, bem como o desenho da matriz curricular por grau de intensidade tecnológica. Além disso, auxiliará na elaboração das ementas dos componentes curriculares da formação básica, nas suas respectivas cargas horárias e na distribuição dentro das unidades de ensino e de aprendizagem; e

e) *conceitos geradores/integradores*: dentre aqueles conceitos integradores/geradores do eixo-tecnológico, do curso técnico e das áreas do Ensino Médio, discriminados a partir do perfil do egresso, identifica-se, agora, em cada componente curricular, quais conceitos estão mais presentes nele e quais podem ser mais explorados pelas caraterísticas da área de conhecimento deste componente curricular. Tais conceitos serão favoráveis para identificação de situações problemas da realidade do educando e, a partir dos quais, o docente poderá nortear suas práticas pedagógicas, de forma integrada com as áreas de atuação, anteriormente, identificadas (as quais, por sua vez, também, apresentarão estes e/ou mais conceitos geradores).

Obs.: os conceitos integradores/geradores são essenciais para evitar a linerealidade amorfa dos conteúdos e garantir a integração e a construção dialéticas das práticas pedagógicas com vistas à formação integral. No exemplo, anteriormente citado, sobre o componente de Máquinas, Equipamentos, Ferramentas e Segurança no Trabalho, após a construção dialética entre docentes da área técnica e da formação básica, na qual uns expõem seus conhecimentos específicos da área de formação para os demais e revelam as áreas de integração com este componente, será fácil perceber como que, por exemplo, ao tratar das Normas Técnicas de segurança no trabalho, o educando não pode ter por objetivo apenas decorar e dominar as referidas normas para planejamento, execução, manutenção e controle de qualidade das obras, como lhe exige o perfil técnico, porque este mesmo perfil exige uma formação humanística e cultura geral integrada à formação técnica, tecnológica e científica; de forma que o profissional atue com base em princípios éticos e de maneira sustentável. Assim, perceber-se-á, por exemplo, que ética, relação interpessoal, responsabilidade, cidadania, saúde, comunicação e diálogo são conceitos geradores/integradores presentes no perfil desejado e que são trabalhados não só no conteúdo

de Segurança no Trabalho, mas também na Filosofia, Sociologia, Língua Portuguesa, Biologia, Gerenciamento Ambiental, Artes e História.

Obs.: alguns conceitos geradores/integradores serão tomados por regra em toda realização do curso, por exemplo, no curso de Técnico em Edificações: sustentabilidade, execução, técnica, ética etc.

3.5. Delimitação das unidades de ensino e aprendizagem da formação técnica

- Conhecimentos técnicos agrupados por grau de intensidade tecnológica, da menor para a maior intensidade técnica e tecnológica;
- divisão dos componentes curriculares da área técnica em três unidades de ensino e de aprendizagem, da menor intensidade para a maior intensidade, em cada unidade de ensino e de aprendizagem; e
- realizado esse movimento, passa-se, então, com a mesma metodologia, para a composição da área básica, e essas integradas à área técnica, num segundo movimento interdisciplinar.

Dessa forma, tem-se, à primeira vista, uma composição semelhante à organização tradicional, considerando a especificidade e a fragmentação das ciências, como se dá, contemporaneamente, em regra, nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. O diferencial pretendido, aqui, está no fato de que, embora organizado, ainda, de forma disciplinar, gerando uma aparente fragmentação, essas disciplinas foram constituídas e estão integradas pela ênfase tecnológica, pelas áreas de integração e pelos conceitos geradores. Isso revela que, com essa visualização, na forma da organização curricular, e, principalmente, pela participação no processo de elaboração da mesma, os educadores e os educandos mantêm presente a integração do conhecimento entre as ciências, possibilitando o trânsito do particular ao universal e vice-versa, sem perder de vista a essência da proposta estabelecida no itinerário formativo.

Deve-se observar, no entanto, que essa organização, ainda, que, fragilmente, integrada pela ênfase tecnológica, pelas áreas de integração e pelos conceitos geradores, deixa uma lacuna a ser preenchida. Nessa "lacuna", reside a possibilidade fática da proposta do currículo integrado não passar de uma formalidade curricular.

Como preencher essa lacuna? Pode ser, parcialmente, preenchida com metodologias de ensino e de aprendizagem, como também com a formação continuada de docentes, o que é possível sugerir e exemplificar na organização curricular, mas cuja concretização depende única e exclusivamente dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem.

Torna-se, assim, necessário pensar em metodologias de ensino e de aprendizagem que conduzam, nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, o movimento contínuo e integrado entre as especialidades necessárias para a formação pretendida, preenchendo, ao máximo possível, a lacuna gerada pela fragmentação dos saberes e tentando, desse modo, superar, ao menos em partes, o ensino conteudista e disciplinar.

Como metodologias e ações de ensino e de aprendizagem possíveis, para realizar o movimento interdisciplinar e integrador pretendido, propõem-se, por exemplo, a previsão de atividades complementares, os Projetos Integradores, a constituição de núcleos de estudos e de inclusão, a pesquisa, a extensão, as visitas técnicas; enfim, Práticas Profissionais Integradas que consideram as dimensões da ciência, da tecnologia, da cultura e do trabalho.

Antes de definirmos o conceito e a metodologia de Prática Profissional Integrada, é necessário ter claro o significado de Prática Profissional compreendido nessa organização.

A Prática Profissional é uma estratégia educacional favorável para a contextualização, a flexibilização e a integração curricular, abrangendo as diversas configurações da formação profissional vinculadas ao perfil do egresso.

De acordo com a Resolução CNE nº 6/2012 (grifo nosso):

> Art. 21. A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio.
>
> § 1º A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como inves-

> tigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

Essa definição leva ao planejamento da organização curricular dos cursos técnicos do IF Farroupilha, garantindo, por excelência, um espaço/tempo na matriz curricular que possibilite a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação, motivando os estudantes em processo formativo, do início até a conclusão do curso, já que eles estão em permanente contato com a prática real de trabalho.

A Prática Profissional Integrada visa agregar conhecimentos da área básica e da área técnica, como também a integração entre as disciplinas básicas, entre as disciplinas técnicas e entre as disciplinas básicas e as disciplinas técnicas.

A Prática Profissional Integrada visa o desenvolvimento da prática profissional, proporcionando ao estudante a possibilidade de contato com a prática real de trabalho, além dessa possibilidade poder ser atendida, também, por meio do estágio supervisionado, quando previsto no curso.

A Prática Profissional Integrada não exclui as demais formas de integração que possam vir a complementar a formação dos estudantes, ampliando seu aprendizado.

A prática profissional poderá ser planejada e realizada por meio de visitas técnicas, de oficinas, de projetos integradores, de estudos de casos, de experimentos e de atividades específicas em ambientes especiais; tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros; bem como por meio da investigação sobre atividades profissionais, de projetos de pesquisa e/ou intervenção, de visitas técnicas, de simulações, entre outras formas de integração previstas no Projeto Pedagógico do Curso; consoantes às Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos no IF Farroupilha.

São objetivos principais da Prática Profissional Integrada:

- aprofundar o entendimento do perfil do egresso e das áreas de atuação do curso;
- aproximação da formação dos alunos com a prática real de trabalho;
- articulação horizontal e vertical do conhecimento da unida-

de de ensino, oportunizando o espaço de discussão e o espaço aberto para entrelaçamento com outras disciplinas, de maneira que as demais disciplinas do curso, também, participem desse processo;

- operacionalização de uma integração vertical do currículo, proporcionando unidade em todo o curso, compreendendo uma sequência lógica e um aprofundamento, cada vez maior, dos conhecimentos em contato com a prática real de trabalho;
- viabilização da efetiva aplicação da prática profissional específica de cada curso;
- espaço destinado aos enfoques para as habilitações desejadas pelo curso, conforme a localização geográfica em que se encontra e as particularidades regionais;
- ser um componente curricular de convite permanente à reflexão-ação;
- incentivar a pesquisa como princípio educativo;
- integrar o trabalho manual com o trabalho intelectual; e
- promover a interdisciplinariedade.

A PPI deve ser realizada por meio de metodologias de ensino que contextualizam a aplicabilidade dos conhecimentos aprendidos no decorrer do processo formativo, problematizando a realidade, fazendo com que os estudantes, por meio de estudos, pesquisas e práticas desenvolvam projetos e ações, baseados na criticidade e na criatividade.

A Prática Profissional Integrada tem, como principal base, o perfil do egresso e o itinerário formativo, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais e o contato com a prática real de trabalho.

A Prática Profissional Integrada, na organização curricular em núcleos, é parte essencial do Núcleo Politécnico, o qual é espaço onde se garantem, concretamente, conteúdos, formas e métodos responsáveis por promover, durante todo o itinerário formativo, a politecnia, a formação integral e omnilateral e a interdisplinariedade.

Voltaremos, agora, a tratar um pouco mais sobre a organização dos três núcleos, a ser realizada após

a definição da matriz curricular dos cursos.

A organização curricular dos cursos técnicos do IF Farroupilha observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, na Resolução nº 4/2010, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, na Resolução nº 2/2012, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, na Resolução nº 6/2012, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Trata-se de uma organização que possibilita a articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem por meio da união de bases científicas comuns e de processos produtivos, econômicos e culturais.

Nessa perspectiva, a organização curricular dos cursos técnicos do IF Farroupilha deverá estar baseada naquilo que define o perfil de egresso do respectivo curso, considerando os conhecimentos e as habilidades que o estudante deverá adquirir ao longo do curso.

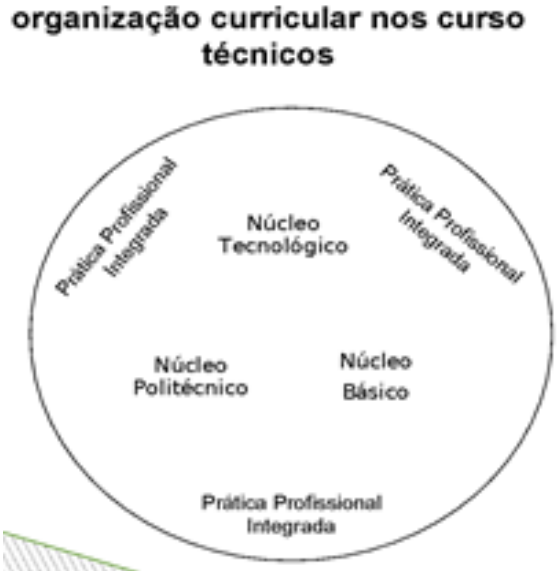
O perfil do egresso deve ser o ponto de partida para o planejamento do currículo, norteando a definição da justificativa, dos objetivos, dos componentes curriculares, das práticas profissionais e dos conteúdos que compõem a estrutura do projeto pedagógico do curso. Também, é necessário considerar o que estabelece o parágrafo único, do Art. 17, da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, o qual aponta que: "quando se tratar de profissões regulamentadas, o perfil profissional de conclusão deve considerar e contemplar as atribuições funcionais previstas na legislação específica referente ao exercício profissional fiscalizado.".

A organização curricular passa pela concepção de educação que une o conteúdo, o método, a forma e a estruturação, o que articula a formação básica e técnica.

4. CONSTITUIÇÃO DOS NÚCLEOS

A constituição dos núcleos se dará com base na identificação dos conhecimentos e das habilidades que possuem maior ênfase tecnológica e maiores áreas de integração no curso.

Figura 2



A organização, por núcleos, leva, em consideração, como dimensões integradoras do currículo: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

Para organizar a constituição de cada núcleo é necessário:

i) observar, rigorosamente, o perfil profissional do egresso do curso para identificação dos conhecimentos e das habilidades necessárias;

ii) organizar conhecimentos e habilidades em disciplinas;

iii) considerar os conteúdos organizados em disciplinas, conforme indicado no Currículo de Referência dos Cursos Técnicos do IF Farroupilha, a ênfase tecnológica, as áreas de integração e os conceitos geradores necessários para a formação;

iv) definir as formas de integração a serem desenvolvidas no curso, garantido o currículo integrado;

v) considerar as atividades a serem definidas pelo *campus* na elaboração do PPC; e

vi) integrar ensino, pesquisa e extensão, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Político Pedagógico da Instituição.

O Núcleo Tecnológico é o espaço da organização curricular no qual se concentram as disciplinas que tratam dos conhecimentos e das habilidades inerentes/específicas à formação técnica, as quais têm maior ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso, em relação ao perfil do egresso do curso. Instrumentalizam-no domínios intelectuais das tecnologias, pertinentes ao eixo tecnológico do curso, fundamentos instrumentais de cada habilitação, e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional.

O Núcleo Básico é o espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e das habilidades inerentes à Educação Básica, as quais têm menor ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso, em relação ao perfil do egresso do curso. O Núcleo Básico, para os cursos integrados, é constituído, basicamente, a partir de conhecimentos e de habilidades nas áreas de linguagens e seus códigos, de ciências humanas, de matemática e de ciências da natureza, as quais têm por objetivo desenvolver o raciocínio lógico, a argumentação, a capacidade reflexiva e a autonomia intelectual; contribuindo para a constituição de sujeitos pensantes e capazes de dialogar com os diferentes conceitos. O Núcleo Básico, para os cursos subsequentes ou concomitantes, é constituído a partir de conhecimentos e de habilidades inerentes à Educação Básica para complementação e atualização de estudos, em consonância com o respectivo eixo tecnológico e o perfil profissional do egresso.

O Núcleo Politécnico é o espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam de conhecimentos e de habilidades inerentes à Educação Básica e Técnica, as quais têm maior área de integração com as demais disciplinas do curso, em relação ao perfil do egresso do curso, e com os modos de integração. São conteúdos correspondentes ao eixo tecnológico e, também, elementos expressivos para a integração curricular do curso. Sendo assim, na organização curricular, o Núcleo Politécnico será, por excelência, o espaço no qual serão previstas as principais formas de integração do currículo, além de disciplinas estratégicas para promover essa integração.

O Núcleo Politécnico compreende fundamentos científicos, sociais,

organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos, os quais alicerçam as tecnologias e a contextualização do eixo tecnológico no sistema de produção social. A organização curricular é o espaço em que se garantem, concretamente, conteúdos, formas e métodos responsáveis por promover, durante todo o itinerário formativo, a politecnia, a formação integral e omnilateral e a interdisciplinaridade. Sendo assim, o Núcleo Politécnico, na organização curricular, tem o objetivo de ser o elo entre o Núcleo Tecnológico e o Núcleo Básico, criando espaços contínuos durante o itinerário formativo para garantir meios de realização da politecnia.

5. DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

A reorganização das matrizes e dos ementários, principalmente, identificando a ênfase tecnológica e as áreas de integração em cada curso, possibilita perceber quais são os conhecimentos essenciais para se atender determinado perfil de egresso, diminuindo, dessa maneira, consideravelmente, o tradicional currículo conteudista e, por conseguinte, a excessiva carga horária reclamada para cada disciplina, visto que, em regra, se reivindica muitos conteúdos considerados como necessários de serem ensinados.

Na discussão, para identificação das áreas de integração, percebe-se que muitos conhecimentos e conteúdos são trabalhados mais de uma vez em disciplinas diferentes, os quais, agora, poderiam ser compartilhados entre esses componentes, diminuindo, também, a necessidade de mais carga horária, para que o educando tivesse o mesmo conteúdo, muitas vezes, sem perceber a relação entre um componente curricular e outro.

Obviamente, o sucesso desse objetivo não depende da organização do currículo, mas, sim, de seu desenvolvimento contínuo, de forma planejada coletivamente, com momentos específicos para a integração curricular tanto entre os docentes, no planejamento e na orientação das diversas possibilidades de metodologias e de práticas, as quais se originam desse processo, quanto para os estudantes, na realização dessas e no desenvolvimento da autonomia para além da sala de aula.

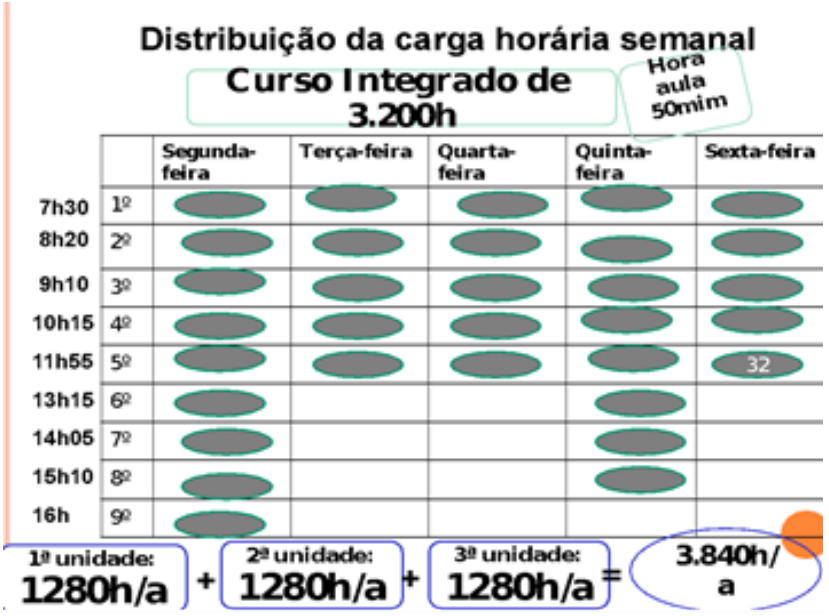
Trata-se de um objetivo impossível de ser alcançado com elevadas cargas horárias em sala de aula, o que gera ausência de tempo para que os docentes possam fazer forma-

ção pedagógica em serviço, discutindo a própria prática, acompanhando e avaliando o desenvolvimento do curso; e, afetando, também, os alunos que não possuem tempo para desenvolverem outras atividades no *campus*, além da sala de aula, como estudos em grupos, pesquisas, acompanhamento e orientação de apoio com as equipes multidisciplinares, e atividades culturais entre outras.

Tomemos, por base, um Curso Técnico Integrado cuja carga horária mínima, prevista na Resolução CNE nº 06/2012, seja de 3.200 horas-relógio, o qual, antes, era realizado no IF Farroupilha com 3.600 e até 3.800 horas-relógio, o que obrigava a preencher todos os períodos semanais em sala de aula. Com as Diretrizes, esses cursos, que são os de maior duração na proporção do Catálogo Nacional (1.200h), ficaram com, no máximo, 3.200 horas-relógio (3.840 horas-aula), possibilitando, assim, que cada *campus* organize os horários de forma tal a se ter, no mínimo, três turnos por semana sem alunos e professores em sala de aula, os quais podem desenvolver inúmeras outras atividades fora da sala de aula (os cursos com 3.000h ou 3.100h podem ter turnos a mais sem hora-aula).

O quadro, a abaixo, demonstra uma simulação de organização da carga horária semanal que possibilita essa proposta.

Quadro 2



Isso expressa que não se diminuiu a duração dos cursos. Eliminou-se, sim, boa parte do currículo conteudista e engessado, possibilitando espaços para recuperação paralela, reuniões pedagógicas entre os docentes para planejamento e construção das atividades de ensino; enquanto os alunos podem desenvolver atividades orientadas nos laboratórios e nos grupos de estudo; atividades culturais; receber apoio dos profissionais técnicos em pedagogia, psicologia, assistência social, enfermagem e dos demais colegas.

Desse modo, ainda, esses estudantes podem realizar visitas técnicas e trabalhos de campo; desenvolver seus projetos de pesquisa e de extensão; e ter um leque enorme de possibilidades que se expande, desde que haja disposição e interesse dos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem.

Em síntese, o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a revisão da proposta de organização curricular, dos cursos técnicos do IF Farroupilha, com vistas ao currículo integrado e à formação integral, implicariam nos seguintes passos:

a) perfil profissional do egresso detalhado com as atribuições inerentes à profissão;

b) delimitação de componentes curriculares e de ementas da área técnica, movimento pluridisciplinar;

c) identificação de pré-requisitos para o desenvolvimento do conhecimento da área técnica específica;

d) construção das ementas da formação técnica: identificação dos conhecimentos/conteúdos específicos, ênfase tecnológica;

e) identificação das áreas de integração técnica e dos conceitos geradores/integradores, primeiro movimento interdisciplinar;

f) delimitação das unidades de ensino e aprendizagem da formação técnica: conhecimentos técnicos agrupados por grau de intensidade tecnológica da menor para a maior intensidade técnica e tecnológica;

g) primeira aproximação da formação técnica com a formação básica por meio da identificação das possíveis áreas/ conhecimentos/conteúdos de integração da formação básica, com cada componente curricular (área/conhecimentos/ conteúdos) da formação técnica e vice-versa. Identificação dos conceitos geradores/integradores por área do Ensino Médio,

segundo movimento interdisciplinar;

h) delimitação de componentes curriculares e de ementas da formação básica, movimento pluridisciplinar;

i) identificação da menor ou da maior intensidade dos componentes da formação básica;

j) delimitação das unidades de ensino e aprendizagem da formação básica: conhecimentos agrupados por grau de intensidade tecnológica da maior para a menor intensidade científica e tecnológica; terceiro movimento interdisciplinar;

k) delimitação das unidades de ensino aprendizagem da formação básica e da formação técnica: quarto movimento interdisciplinar pela aproximação entre as áreas de integração identificadas na ementa;

l) identificação do componente integrador das três áreas da formação básica: quinto movimento interdisciplinar pela aproximação entre as áreas do Ensino Médio;

m) integração entre as áreas da formação básica e da formação técnica, e entre as três unidades de ensino e de aprendizagem: movimento transdisciplinar;

n) promoção da possibilidade da transdisciplinaridade;

o) integração por meio de metodologias de aproximações sucessivas entre os conhecimentos trabalhados no currículo e as características socioculturais, visando à integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica do educando; movimento de integração e de formação integral/omnilateral;

p) delimitação da carga horária dos componentes curriculares, das PPIs, das atividades complementares, das unidades de ensino aprendizagem; do Estágio Curricular Supervisionado e da carga horária total do curso;

q) metodologia de acompanhamento, avaliação, atualização e análise da proposta do currículo integrado no decorrer do curso;

r) acompanhamento dos egressos no mundo do trabalho;

s) continuidade do processo de acordo com o movimento histórico-dialético da dimensão ontológica do trabalho; e

t) verticalização do ensino: cursos de aperfeiçoamento, de graduação, de especialização, de mestra-

do profissionalizante etc.

6. CONCLUSÃO

O que faremos?

O que apresentamos, aqui, foi uma brevíssima síntese do trabalho realizado para elaboração das Diretrizes Institucionais e da organização curricular. A opção metodológica tomada, certamente, não foi das mais fáceis de realizar, uma vez que, propor a construção coletiva, com a participação direta de centenas de pessoas, de lugares, de formações e de concepções, muito distintas, é, sem dúvida, um desafio ousado e quase suicida. Todavia, sem dúvida, é gratificante porque, apesar das inúmeras dificuldades, na mediação dos conflitos, o que se teve, como produto final, não é fruto de pretensão, já que não se tinha a pretensão que fosse o "melhor dos mundos possíveis" (na compreensão Cândida, de Voltaire), mas é o melhor possível, dentro do que os interessados puderam fazer em busca de um mundo melhor no que tange à organização didático -pedagógica dos Cursos Técnicos do IF Farroupilha. Há quem discorde e, talvez, com razão, desse ou daquele ponto, mas não há que se discordar do seguinte ponto: prevaleceu a autoridade do argumento ao invés do argumento da autoridade que, para muitos, é o caminho mais fácil.

O mesmo trabalho foi realizado, paralelamente, para a organização dos cursos superiores que, respeitadas as especificidades desse nível de formação, se deu pelos mesmos motivos e com os mesmos objetivos: a gestão democrática do ensino, a participação coletiva na concepção pedagógica da Instituição e a qualidade do ensino público ofertado pelo IF Farroupilha. As Diretrizes foram ratificadas pela comunidade interna e externa, visto que, mesmo recentemente aprovadas, foram fruto de submissão à ampla consulta pública durante a discussão e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 a 2018/19, e foram anexadas a este documento, diretamente, relacionadas à essência do Projeto Pedagógico Institucional, o que reforçou a legitimidade e o reconhecimento do trabalho por toda comunidade interna e a ampla participação da comunidade externa no projeto pedagógica institucional.

Agora, serão necessárias ações permanentes de acompanhamento, de avaliação e de revisão das Diretrizes Institucionais e das normas

e das atividades delas oriundas e, principalmente, dos Projetos Pedagógicos de Curso, reformulados com base nessas orientações, para que não se torne uma letra morta, mas um instrumento eficiente para que, realmente, seja o ponto de partida comum para a construção coletiva, com vistas à excelência institucional da oferta da Educação Profissional Técnica e Tecnológica.

Reiterando o poeta, Mário Quintana, "Democracia é dar a todos o mesmo ponto de partida.". Salvo todas as críticas pertinentes possíveis, só uma seria a mais impertinente: a que não foi dado a todos o direito de partir do mesmo ponto. Se acertamos, não sabemos. Se erramos, os dias vindouros nos dirão e nos darão a oportunidade de reconhecer as fraquezas, de concentrar nos pontos fortes, de proteger das ameaças e de, juntos, consolidar a maturidade e a identidade institucional as quais buscamos.